

A perversão, o desejo e a pulsão

Sonia Alberti

Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da UERJ. Pós-Doutora pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Psicanalista Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano.

End.: R. João Afonso, 60 casa 22. CEP: 22261-040 Rio de Janeiro/RJ.

e-mail: alberti@uerj.br

RESUMO

Retomando a orientação freudiana e a ética da psicanálise, este artigo tem por visada justificar teoricamente a dissociação entre perversão e perversidade que nem sempre é clara nos discursos de psicologia. No senso comum, por exemplo, quanto à definição da perversão no dicionário, que faz pensar na maldade, na depravação, na corrupção e na malícia, é verdade, existem! A maneira como podemos tratar disso na clínica é outra questão, mas, por definição, não há regra! A perversão como conceito psicanalítico não tem necessariamente a ver com a perversidade, lugar em que tantas vezes acaba por ser alojada, mesmo em

*textos atuais que se querem de vanguarda. Para o desenvolvimento do texto, parto comemorando ainda o centenário de **Três ensaios para a teoria sexual** (1905), de Sigmund Freud, questiono a existência de um abismo entre a sexualidade infantil e a adulta, articulo ambas com o desejo do Outro e os desígnios do superego que, com Lacan, irão determinar a pulsão em relação com o objeto de gozo do Outro e verifico, teoricamente, a articulação entre tais referências, a castração do Outro e o mal-estar na civilização. No desenvolvimento, este artigo é uma tentativa de articular perversão, desejo e pulsão, a partir do grafo do desejo de Lacan que retomo passo a passo.*

Palavras-chave: perversão, perversidade, desejo, pulsão, gozo.

ABSTRACT

*Based on Freud's orientation and on the ethics of psychoanalysis, this article intends to verify how theory dissociates perversion and corruption, which is often not clear in the psychological discourse. In common sense, in dictionary definitions, for instance, perversion can be associated to corruption, depravation, evil... but when it gets to our clinical work there are no rules about that! Perversion, as a psychoanalytic concept, has not necessary anything to do with corruption, eventhough many texts pretending to be very modern, do still associate them. A centennial from Freud's text **Three essays for the sexual theory** (1905), the article questions the existance of an abysmal difference between infant and adult sexuality, and articulates both with the desire of the Other and the designs of the superego. These will determine, as Lacan precises, the drive (Trieb) in relation to the object of the Other's jouissance. It verifies theoretically the interaction between those references, the castration of the Other and the civilization and its discontents. In the developpment, perversion, desire and drive will be studied in interaction with Lacan's schema of desire which will be studied step by step.*

Key words: Perversion corruption, desire, drive, jouissance

Introdução

É muito comum o leigo associar perversão com perversidade. Com efeito, a origem do termo deixa margens para essa associação. No entanto, desde o século XIX, a medicina tem um lugar bem mais específico para a perversão: trata-se de um conceito que nela compreende o desvio de uma função normal, mais particularmente no que tange à esfera sexual. É dessa especificidade que surge também o termo na psicanálise, em 1905, no texto de Sigmund Freud que comemora um centenário este ano. Nele, no entanto, toda essa articulação surge a partir de uma questão até então muito pouco dialetizada: o que é normal? Para poder identificar o desvio de uma função normal, seria necessário, antes de mais nada, precisar o que seria a normalidade. E foi aí que as coisas se complicaram na teoria!

No século XIX, a medicina surge como um saber e uma prática que se vê obrigada a ter respostas para uma porção de coisas que, até então, eram melhor estudadas pela filosofia e pelas religiões (cf. Alberti, 2003). Ou seja, a medicina começou a se ocupar com o mal-estar na civilização. E às vezes, suas respostas para isso acabaram sendo dadas rápido demais, provocando um pensamento normatizante e disciplinador que nem sempre coaduna com o que se verifica na clínica – quando esta é bem feita, ou seja, quando realmente se pára para escutar o paciente. Na realidade, havia uma tentativa de fazer crer que a medicina poderia resolver o mal-estar promovendo uma cultura higiênica que solucionaria os problemas de então. Entre os temas que melhor correspondem a este *Zeitgeist* estão, certamente, os trabalhos que identificam o hábito como grande campo de pesquisa da medicina¹. Onde surgiram tipificações e classificações as mais variadas, inclusive no que tange à esfera da sexualidade e isso acabou levando a idéias às vezes pré-concebidas do que seria normal ou desviante supondo, às vezes, ser possível prometer a cura pela higiene (cf., por exemplo, Venancio & Faccinetti, 2005, p. 362). O campo da perversão é um clássico exemplo disso!

Na aurora do século XX, ou seja, em 1905 então, quando Freud escreveu seu ensaio sobre a perversão, foi isto o que chamou a atenção dele em primeiro lugar! Seu texto inaugural sobre o tema provocou grandes reações porque, apesar de também ser médico,

Freud não deixou se obnubilar pela posição que ocupava na sociedade – um médico naquela época tinha, normalmente, um grande reconhecimento social em função da profissão, e em alguns lugares isso continua assim até hoje – e, portanto, não acreditou que ele soubesse dizer de antemão o que seria ou não “normal” na esfera sexual. Ou seja, Freud questionou a certeza que encontrava em alguns autores daquela época de que haveria uma vida sexual “normal” e de que o médico soubesse o que isso era. Assim, tentou examinar a questão de um outro ponto de vista, muito diferente: Freud fez um levantamento, na literatura médica, do que era classificado como sendo desviante. E ficou bastante espantado ao se dar conta de que todas aquelas condutas assim classificadas ocorriam, na realidade, em qualquer relação sexual mais calorosa ou, se quiserem, foga! A partir disso, pôde demonstrar que a sexualidade normal também é, na realidade, um conjunto de práticas que dizem respeito à estimulação das zonas erógenas, espalhadas pelo corpo todo!

Quanto à definição da perversão no dicionário, que faz pensar na maldade, na depravação, na corrupção e na malícia, é verdade, existem! A maneira como podemos tratar disso na clínica é outra questão, mas, por definição, não há regra! Todo trabalho clínico se dá no caso a caso, cada sujeito é um, independente de ser autor de atos perversos ou estar a eles assujeitado. O que é intrigante nisso é que, muito freqüentemente, na clínica, se observa que ambos estão ligados: um autor de atos perversos muitas vezes já foi a estes assujeitado, e aquele que é assujeitado à perversidade e a ela sobrevive, não poucas vezes, se torna autor, mesmo sem o saber.

A questão que se coloca é quanto ao estatuto da perversão na psicanálise, muitas vezes ainda confundido com a perversidade, como se não tivesse havido todo um aprofundamento teórico-conceitual a partir da obra freudiana que identificou a especificidade da estrutura perversa. Retomar tal aprofundamento e procurar tirar dele novas conseqüências é o intento deste artigo.

Dos “Três ensaios sobre a sexualidade”

Freud pôde perceber que o conjunto de práticas que constituem a sexualidade normal e que dizem respeito à estimulação

das zonas erógenas, espalhadas pelo corpo todo, é experimentado desde muito cedo na vida de um ser humano. Ou seja, pôde explicitar que uma criança é um sujeito sexual, o que provocou verdadeiramente um escândalo! A criança se experimenta e procura experimentar tudo o que estiver a seu alcance, inclusive as estimulações das zonas erógenas. Listando inúmeros exemplos do dia a dia na vida de uma criança, Freud pôde demonstrar que apesar de poucas vezes uma criança ter experiências sexuais que os adultos chamam de normais, ela tem inúmeras práticas que estavam listadas na classificação de **perversão**. Tanto nos jogos sexuais infantis, quanto na masturbação normal da infância, ou ainda, no relacionamento com pequenos animais, a criança é um **perverso polimorfo**. Assim como uma criança “brinca de sala de aula”, ela também “brinca de médico” e de outras coisas mais! Isso faz parte da formação de um sujeito, e no mínimo demonstra que há curiosidade e desejo sexual desde a mais tenra idade, além de instrumentalizar o relacionamento com outras crianças, com o mundo e formar os laços sociais!

No entanto, até hoje, há uma idéia de que a sexualidade na infância é “coisa de criança” e nada tem a ver com o que os adultos fazem, e que estes últimos às vezes fazem umas coisas estranhas que são completamente desviantes em relação a uma sexualidade normal. Como sempre, o que é do campo do senso comum não deixa de ter suas razões. Com efeito, as crianças fazem coisas que têm uma função muito específica: a de aprenderem umas com as outras, ou com elas mesmas, as práticas que depois desenvolverão na vida adulta, além de poderem, através delas, descobrir aos poucos sua própria sexualidade. Por outro lado, ao assim se experimentarem, deparam-se com proibições e, em particular, com o excitante das proibições. São estas últimas que permitem observar que a sexualidade humana é necessariamente produto da relação do sujeito com o Outro, suas leis e ditos. Na conferência 31, de 1932, Freud interpreta tais ditos como sendo o próprio supereu – em 1923, Freud já havia feito o mesmo desenho do aparelho psíquico que repetiu nesta conferência 31, e, no lugar do supereu de 1932, colocara naquele retângulo “meio torto”, como escreveu, a inscrição: *akust.* ou, como explica no próprio texto de 1932, algo como “**um quepe de escuta** [Hörkappe²]”, indicando, portanto, que se trata de uma instância

constituída fundamentalmente pelo que se escutou dos pais, coisa que fundamentará o supereu como herdeiro do complexo de Édipo. O supereu é constituído de ditos!

Se são as proibições e, em particular, o excitante das proibições que demonstram o quanto a sexualidade humana é necessariamente produto da relação do sujeito com o Outro, suas leis e ditos, então isso não é exclusivo da infância; ao contrário, isso ocorre desde a infância de maneira que, no fundo, não é a sexualidade na infância que é “coisa de criança”, mas, sim, toda sexualidade é necessariamente infantil! Tal conclusão genuinamente freudiana eleva a criança ao estatuto de sujeito sexuado por excelência, e todo exercício posterior da sexualidade é dele tributário.

Freud observou, desde os **Três ensaios**, que é a liberdade a que mais se teme, já que necessariamente contraria as proibições. Por outro lado, Freud também observou que há adultos que se mantêm na prática de um ou outro comportamento sexual de forma exclusiva, muito mais como defesa do que como grande capacidade de sustentar a liberdade sexual. Seria então uma falácia acreditar que é livre aquele que mantém uma prática sexual monotonamente igual – coisa que ocorre na maioria das vezes com aquelas práticas sexuais listadas entre as ditas desviantes, conforme classificações existentes à época.

O conflito entre a sexualidade infantil e a liberdade que mais se teme é o que produz os efeitos que conhecemos na clínica e aos quais, comumente, chamamos sintomas.

Assim, não podemos deixar de supor ao fenômeno perverso o estatuto de sintoma de que algo não vai bem na relação do sujeito com as proibições oriundas do supereu e que deveriam orientar a renúncia pulsional a ser levada em conta no próprio exercício da liberdade. Quer dizer, conforme essa acepção de sintoma (sinal de que algo não vai bem), as próprias proibições do supereu podem retornar para o sujeito como comando de gozo, demonstrando que não há, justamente, renúncia pulsional. Se esta seria a função original do exercício de tais proibições, pelo menos conforme a primeira idéia de Freud, paradoxalmente respondem com mais gozo! Foi também em função disso que Freud, então, pesquisou a fundo a determinação

psíquica que leva alguém a só buscar uma única forma de satisfação sexual. Levou vinte e dois anos nessa pesquisa, e o resultado foi publicado em 1927. Ele foi tão fundo que essa pesquisa revolucionou toda concepção da sexualidade humana!

Disso se conclui, mais uma vez, que é o sintoma³ oriundo de uma problemática psíquica, o que dá à psicanálise os meios e dita os caminhos para a pesquisa do psiquismo normal, e não o contrário: não se parte de uma idéia preconcebida do que seria normal para então definir a patologia. Para Freud, a patologia é um sintoma que denuncia a verdade da constituição psíquica, ou seja, denuncia o estofado do qual é feito o psiquismo humano e sua grande complexidade! Esta é de base: não há homem – ou mulher – cujo psiquismo não tenha razões que a própria razão desconhece!

Da leitura dos **Três ensaios** podemos concluir que, em 1905, Freud identificava a perversão com a monotonia da satisfação de um desejo, na via do gozo fálico, mas se utilizando exclusivamente de um único objeto de satisfação. No lugar, então, da liberdade do sujeito de se exercer sexualmente em toda a sua plenitude, o sujeito perverso se limita ao gozo de uma maneira só.

Levanto como hipótese que, já nessa época, Freud estava atento para o fato de que o sujeito perverso visa ao não encontro com a castração, com o que falta, o que ele expressava com a observação de que o ato sexual, na perversão, não estaria a serviço da reprodução da espécie. Na época, construção da primeira teoria das pulsões, cada indivíduo na espécie estaria barrado justamente porque a sexualidade estaria a serviço da procriação, ou seja, da conservação da espécie. É justamente o afinamento da discussão teórica em torno da castração que veio a exigir um tempo de compreender, de maneira que somente vinte e dois anos depois Freud pôde concluir que a perversão é a crença no falo da mãe, o desmentido da castração, a recusa de reconhecer que falta alguma coisa ao Outro, por mais que no fundo o sujeito saiba perfeitamente que falta alguma coisa ao Outro (é somente o sujeito psicótico que não o reconhece, forcluindo essa falta).

Perversão e pulsão

Ainda hoje é notória a associação tantas vezes feita entre perversidade e perversão – e não somente em textos de divulgação. Tal questão, longe de estar afastada de muitos psicanalistas, pode até mesmo fazê-los diagnosticar uma perversão em função da presença de um ato por eles considerado perverso, impulsivo e destrutivo – há inúmeros casos disso na literatura, inclusive em textos de psicanalistas que se claramente expõem relações com a teoria lacaniana, vínculos institucionais em escolas lacanianas e trabalhos importantes no assunto⁴! Mas nem sempre a perversidade é da ordem da perversão! Um sujeito psicótico pode, perfeitamente, passar a um ato de grande perversidade, sem nem mesmo se dar conta disso, cegado que está para qualquer realidade que não seja a sua, alucinada.

O fato é que, até a década de 1980, era considerado perverso todo ato que parecia ter sido executado sem culpa, enquanto que hoje é assim considerado porque nos parece por demais destrutivo, ou seja, submetido à pulsão de destruição, para nos mantermos nas referências freudianas. Tanto naquela época quanto hoje, o que faz esses clínicos diagnosticarem um ato perverso, uma perversão ou mesmo a presença de um objeto fetiche, nada tem a ver com o que Freud buscou afinar para conceituar a perversão ao longo de sua obra⁵. Como podemos deduzir do texto de Fingermann e Mendes Dias (2005, p. 85), se o perverso é geralmente moralmente colocado do lado do mal, é que por definição a sua condição, a condição de seu gozo incomoda. Melhor que dizer que tal condição seria “um lugar-comum” – com o que também corremos o risco de incorreremos num discurso higienista –, é aprofundarmo-nos em tais condições, como proponho a partir de agora.

Para começar, não posso deixar de fazer referência a um texto que certamente levanta esta questão antes de eu fazê-lo, a partir da ética da psicanálise, que está num lugar bem diferente dos juízos morais. Trata-se de um artigo de Edilene Freire de Queirós no qual pode concluir, com Lévinas, que a perversão remonta às origens do desejo, e pode perfeitamente promover uma “submissão abjeta ao Outro, uma servidão avassaladora” (Queirós, 2002, p. 52), o que

corta, definitivamente, com a possibilidade de se associar, sem mediação, perversão e perversidade. Examinemos, para começar, a questão com relação à pulsão de morte.

Com efeito, há uma ingerência da pulsão de morte a cada vez que nos deparamos com a perda da realidade. Como Freud a explica muito bem, ela pode surgir tanto no contexto da neurose, da psicose, quanto no da perversão. No caso desta última, traço um caminho resumido que vai desde os textos de 1924 sobre a perda da realidade, até “Divisão do eu nos processos de defesa”, publicado postumamente, em 1940. Tal perda da realidade é resposta do sujeito diante de uma vivência que o horroriza.

Na realidade, Freud explica a relação entre perversão e pulsão já na primeira página de seu texto sobre a divisão do eu (Freud, 1940/1975d, p. 391). Sugere, como exemplo, uma criança pequena cujo eu estaria se exercendo na relação com uma exigência pulsional particularmente potente e, de repente, essa criança é invadida por uma outra vivência que a horroriza ([*wird*] *geschreckt*) e que lhe ensina que a persistência naquele tipo de satisfação pulsional trará como conseqüência, necessariamente, um perigo real (*reale Gefahr*). Tal perigo real é, evidentemente, o que Freud já levava toda sua vida para formalizar de forma cada vez mais radical: a castração. Castração simbólica, cujo agente é o pai real, como nos ensinou Lacan desde o início de seu ensino.

Como é bem sabido, já em 1920, Freud faz uma diferença muito importante entre horror (*Schreck*), pavor (*Furcht*) e angústia (*Angst*) na qual observa que a angústia já é uma forma de o eu se defender contra a invasão de real que o horroriza. E que, na ausência da angústia, o sujeito pode ser tão afetado pelo horror que se mantém no pavor do acontecimento – cuja repetição traumática pode persistir por anos ou até mesmo por toda a vida, configurando o que ficou conhecido como sendo uma neurose traumática. No caso de um acidente de trem – é o exemplo que Freud utiliza em 1920 –, o sujeito pode ser tão avassalado por esse real para o qual não estava nem um pouco preparado enquanto tomava tranqüilamente seu café da manhã no vagão-restaurante, que fica para sempre traumatizado. O que também justifica a enorme quantidade de incidências clínicas hoje da fobia e da neurose de angústia – com o novo nome adquirido nos mais

modernos manuais de psiquiatria, de doença do pânico –, formas de o sujeito andar preparado, antecipando possíveis invasões de real inesperadas, mas ao mesmo tempo já bastante esperadas em função dos relatos de experiências de nossos concidadãos no dia-a-dia de uma cidade grande.

Em **Divisão do eu nos processos de defesa**, Freud (1940/1975d) retoma o tema do horror desenvolvido inicialmente em 1920. Ele então o associa explicitamente ao encontro com a castração e diante da qual o sujeito deve se decidir entre as duas opções: ou reconhecer o perigo real, curvar-se diante dele e renunciar à satisfação da pulsão; ou desmentir a realidade, criar uma crença de que não há razão para se apavorar, a fim de poder conservar a satisfação. Trata-se, portanto, continua Freud, de um conflito entre a exigência da pulsão e a interferência da realidade que contraria aquela – é interessante notar que Freud aponta mesmo para um jogo de palavras: *Anspruch des Triebes* (exigência da pulsão) e *Einspruch der Realität* (contradição, ou interdição da realidade), jogo este que se sustenta nos comentários que então já traçara em seu texto sobre o mal-estar na cultura, observando que a cultura, ao proibir e contradizer as exigências pulsionais, impõe justamente outras exigências, as da renúncia pulsional. Ambas as palavras utilizadas por Freud fazem referência explícita ao dizer e à fala (*Spruch* = dito), justamente porque não há pulsão, nem tampouco contradição da realidade, fora do campo da fala e da linguagem.

O matema lacaniano da pulsão implica que não há pulsão fora do campo das demandas, já que o matema da pulsão escreve todas as relações do sujeito com as demandas ($\$ \leftrightarrow D$). A pulsão oral tem seu protótipo na demanda do sujeito ao Outro (“Mamãe eu quero mamar!”, como dita o verso da música de Jararaca, da dupla Jararaca e Ratinho), enquanto que a pulsão anal tem seu protótipo na demanda do Outro para com o sujeito (“vá arrumar seu quarto!” ou, antes ainda, “vá ao penico e depois me mostre o que fez!”). São esses protótipos que também definirão a via do gozo que implica a satisfação pulsional. Mais tarde, se incluirão nos discursos aparelhos de gozo que constituem a realidade de cada sujeito. Como se pode ler em Quinet (2005, p. 42), não “há limite para o gozo: ele não se deixa reduzir ao

sexo, pois não se deixa aprisionar pelo significante fálico. O que não quer dizer que seu campo não seja estruturado”...!

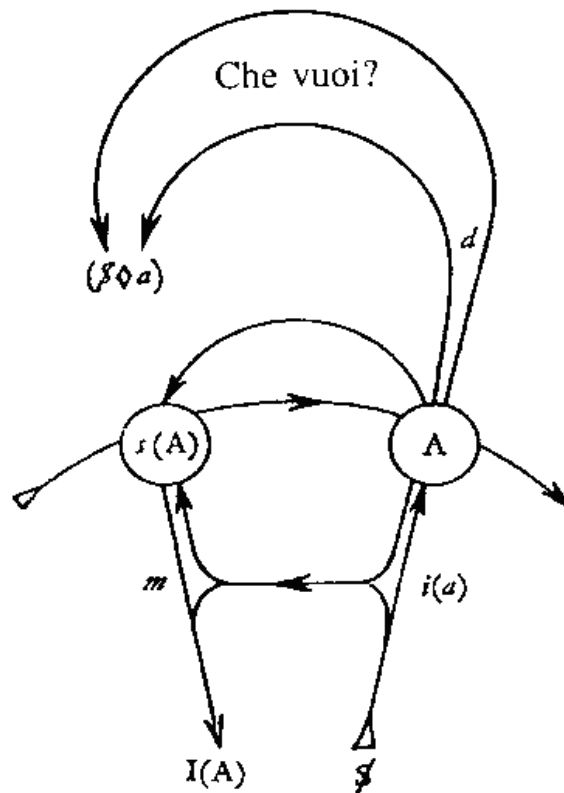
Assim sendo, as pulsões são necessariamente parciais porque não há *Bedeutung* – significação – fora da referência fálica e que não é, como dito, a referência das pulsões. É a significação do falo que permite a amarração da constituição consistente, permite refazê-la a cada vez que há vacilação da *Gestalt* imaginária, como Lacan já pôde estabelecer quando derivou do esquema ótico o esquema **R**. Explico: no esquema ótico⁶, a consistência que surge mais além da parcialidade dos objetos pulsionais é dada pela presença do espelho plano que é o olhar do Outro – operação que não acontece na psicose. Tal Outro já comporta, portanto, a referência ao Nome-do-Pai e ao falo, os vértices que amarram o campo da realidade de cada sujeito, conforme o esquema **R** (Lacan, 1958/1966a, p. 553). Tal amarração dada pela referência fálica é verdadeira tanto para homens quanto para mulheres, mesmo se estas últimas também “inscreverem-se do lado do não-todo fálico” (cf. Grant, 2002, p. 140).

No entanto, na medida em que os destinos da pulsão são, necessariamente parciais, nós poderíamos nos enganar sobre a influência de tal parcialidade na determinação de um tipo de perversão que, conforme a frase acima, implica a exigência da pulsão (*Anspruch des Triebes*). Porém quando fazemos tal tipo de raciocínio justamente curto, circuitamos a castração! A satisfação da pulsão é sua finalidade, mas, em função da castração, tal finalidade nunca é alcançada, independente da estrutura do sujeito – se neurótica, perversa ou psicótica. Pois também, independente da estrutura do sujeito, somos todos submetidos às leis que particularizam o ser falante e não há um que não seja filiado à lei da castração, mesmo quando esta está foracluída. A foraclusão não é ausência, mas exclusão do simbólico, razão de na psicose a castração retornar para o sujeito do real. Na perversão, porque ela está inscrita no simbólico, como também na neurose – que, afinal, é somente seu negativo, como já dizia Freud nos **Três ensaios** –, o sujeito tem que suar a camisa para mantê-la afastada, e precisa organizar toda sua vida em função disso, criar condições para desmenti-la, mantê-la distante de qualquer influência em sua vida psíquica, articular formas para não ver, não se deparar com a ausência do falo no Outro; o que

determinará a perda da realidade na perversão (diferentemente da perda da realidade na neurose e na psicose, conforme Freud, 1920/1975b).

Então, se existe uma relação da perversão com a pulsão, ela se baseia, antes de mais nada, nas manifestações da pulsão de morte que, por falta da articulação com a castração, leva à falta da *Bändigung* – ligação – que Eros provoca. Mas isso não nos exige de nos perguntarmos sobre a existência – ou não – de uma relação entre a perversão e a pulsão tal como compreendida a partir do matema ($\$ \leftrightarrow D$), no grafo do desejo traçado por Jacques Lacan. Para avançarmos nesta investigação, proponho inicialmente retomarmos o grafo do *Che vuoi?*

Grafo 1

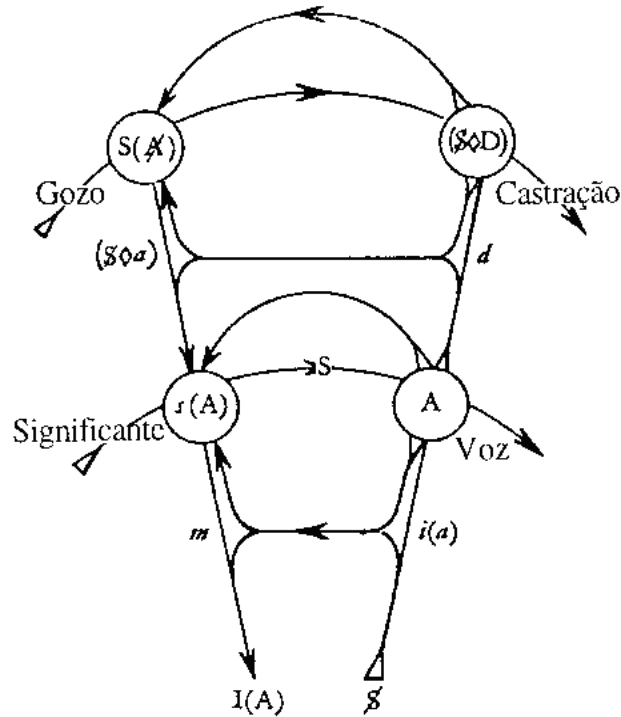


O grafo em que Lacan inscreve a questão do sujeito frente ao desejo do Outro que nunca pode se dizer todo – o grafo do *Che vuoi?* – demonstra como o desejo surge necessariamente do Outro – do desejo do Outro (o vetor marcado com a letra *d*) –, e como isso leva diretamente ao matema da fantasia para a qual o vetor do desejo aponta: $\$ \leftrightarrow a$. Examinaremos agora por que Lacan teria reservado à perversão a função de “apenas acentuar a função do desejo no homem”, como veremos abaixo.

No grafo do desejo

A ausência do falo no Outro, se a identificamos no grafo do desejo de Lacan (1960/1966c, p. 817), figura em $S(\bar{A})$ – falta um significante no Outro – falta essa que no próprio grafo é velada pela fantasia ($\$ \leftrightarrow a$). Em 1960, Lacan pôde escrever que a perversão “apenas acentua a função do desejo no homem na medida em que ele institui o predomínio, no lugar privilegiado do gozo, do objeto *a* da fantasia, que ele coloca no lugar do \bar{A} . A perversão acrescenta a isso uma recuperação do \bar{o} ” (Lacan, 1960/1966c, p. 823) que concerne ao Outro de um modo muito particular. Colocar o objeto *a* no lugar do \bar{A} é então consequência particular do fato de que no caminho do vetor que aponta para $S(\bar{A})$, por não poder suportar se deparar com tal castração, recua-se diante da castração sem, portanto, atravessá-la. Chega-se assim de volta à lógica da pulsão, dela ao desejo como determinado pelos designios do Outro que, sem serem interrogados, portanto, levam ao matema da fantasia pelo caminho inverso daquele que teria tomado o sujeito neurótico que atravessa a castração em $S(\bar{A})$. Somente nossa fórmula da fantasia permite evidenciar que o sujeito, aqui, faz-se instrumento do gozo do Outro” (Lacan, 1960/1966c, p. 823), o que, aliás, também coloca em causa os objetos pulsionais que, conforme corroboram as palavras de Costa (2004, p. 23), são “designativos do objeto de gozo do Outro”.

Grafo 2



E na medida em que o perverso se faz tal instrumento do gozo do Outro, mantém-se cego quanto à castração do Outro, desmentida conforme a sua reação de estrutura. Na realidade, porque é o objeto *a* que ele coloca no lugar do \hat{A} , o sujeito do desejo não dialetiza e, preso à função do objeto de gozo no lugar do Outro, não sintomatiza. Donde a reversão da própria fórmula na perversão: em vez da fantasia neurótica ($\$ \leftrightarrow a$), na perversão a fantasia é ($a \leftrightarrow \$$)⁷. Com efeito, o caminho que vai de $S(\hat{A})$, de volta para $\$ \leftrightarrow D$, retomando então *d* (e evitando, portanto, a castração) chega a $a \leftrightarrow \$$, e não a sua posição inversa, que é como escrevemos a fantasia do sujeito neurótico.

A análise que pode ser feita da moderna onda dos *reality shows*, no artigo de Carneiro, Cordeiro e Santos (2005, p. 1-13), demonstra bem como isso funciona também para os traços de perversão que podemos encontrar em qualquer sujeito: “Da intimidade do anonimato à visibilidade da telinha, [as pessoas que assistem a tais programas] passam a ser objeto de olhar do Outro, numa relação de submetimento mútuo que envolve grande quantidade de sujeitos” (Santos, 2005, p. 4).

Não é o sujeito que está aqui, enfim, em questão, já que este é localizado alhures – para o *voyeur* da telinha, como dizem as autoras, o sujeito é o outro cuja vida é assistida; para o sádico, o sujeito é seu parceiro sexual, aquele que o sádico faz padecer da divisão, para o gozo do Outro. Ele próprio é apenas instrumento do Outro para tal padecimento que se sustenta no sofrimento do sujeito vitimado. Desidentificando-se do lugar do sujeito, é também a castração que se desemente, pois não há sujeito que não sofra o efeito da castração, o “sujeito é o nome de algo cujo modo de existir é a elisão, a barra, a abolição, operações pelas quais o sujeito se consititui e se realiza na experiência [... ele] tanto mais existe e se realiza quanto mais ele é abolido, elidido, barrado” (Eliá, 2004, p. 69). Quando não é o sujeito que procura responder à falta no Outro em função da escolha da estrutura perversa em que o perverso é o objeto que colmata o furo, não é possível dialetizar a posição subjetiva no próprio grafo do desejo. Assim, tampouco o perverso pode gozar da labilidade pulsional; ao contrário, mantém-se dentro do circuito fechado de um dos destinos da pulsão, sem dialetização possível. É ou sádico ou masoquista; é ou *voyeur* ou exibicionista, ou seja, seu gozo é o de um lugar-comum submetido ao comando superegótico “Goze!” que, no fundo, é “a palavra fundamental do supereu” (Miller, 1997, p. 168).

Eis também porque na clínica é possível identificar, em alguns casos, uma perversão no parceiro do nosso paciente: por exemplo, o sujeito que, em seu discurso, refere uma profunda divisão na relação, enquanto o outro só goza disso. A cena não é necessariamente exclusiva da relação sexual, ela pode se presentificar no cotidiano das relações em que o perverso se utiliza do parceiro para mantê-lo no lugar do sujeito que padece enquanto ele se livra da divisão. Tal manobra não precisa evidentemente estar colocada desde o início de

uma relação, tal sujeito, por exemplo, subjugado por um pai já pouco preocupado em mantê-lo no lugar de desejante pode, casar-se com um homem que se utilizou dessa posição de submissão de maneira a aprofundá-la cada vez mais, fazendo de sua esposa – nossa paciente –, o sujeito dividido e extremamente angustiado. Ele perverso, ela histérica; ele não fazia sintoma e faleceu, ela (já casada outra vez, mas de outra forma) elabora nos últimos trinta anos aquele casamento.

No grafo do desejo, então, a resposta à falta de um significante no Outro é ($a \leftrightarrow \$$) e não ($\$ \leftrightarrow a$). Isso quer dizer que no lugar de a falta do significante no Outro questionar a própria posição do sujeito, pondo-o a trabalho para levar em conta a castração – operação absolutamente necessária para utilizar o desejo de forma singular –, na perversão, preso em a , o circuito da pulsão se desenha em torno dele, impedindo a percepção da própria polissemia dos gozos – seria interessante estudá-lo, em outra oportunidade, na articulação com o nó borromeano no qual o a figura entre os gozos.

Eis onde se verifica hoje a observação dos **Três ensaios** sobre a monotonia da posição perversa. Ela diz respeito à pulsão de uma forma bem diferente da neurose: na medida em que aqui não se trata de um sujeito que se relaciona com as demandas (todas as relações do sujeito com as demandas: $\$ \leftrightarrow D$), o perverso está em a , submetido ao circuito pulsional, submetido à exigência pulsional (*Anspruch des Triebes*), para não se deparar com a contradição imposta pela realidade traumática da castração (*Einspruch der Realität*). Desse lugar ele não pode se furtar o que, por outro lado, impossibilita a angústia – sinal que Freud identificou como fundamental para a defesa contra o perigo. À mercê, portanto, da invasão de horror, como Lacan aliás observa claramente no caso Gide, quando se refere ao horror infantil da *Criquet qui croque*⁸ sem dele poder se furtar. E isso porque para o perverso é fundamental velar a castração do Outro. Crê que esta lhe seria mortal.

É depois que ela começa a se tratar e pedir para se separar, que ele já não pode viver e veio a falecer antes mesmo que ela pode ir-se, morreu de uma doença que ele poderia ter evitado.

Vê-se, daí, que o fato de o sujeito ser perverso não implica necessariamente uma perversidade, nem que toda perversidade é

decorrente de uma estrutura perversa, nem tampouco ainda um triunfo sobre o outro, mas a impossibilidade de suportar o questionamento subjetivo em função do desmentido da castração. Esta escolha do sujeito é decorrente do horror frente ao perigo real da castração, provavelmente em função da maior dificuldade em munir-se da angústia para suportar o encontro com o real. Isso é tão desesperadamente real que é preferível desmenti-lo.

Para a psicanálise, então, só há uma maneira de tratar o perverso: inscrito no discurso do psicanalista e, portanto, no lugar de seu agente, até mesmo o perverso é colocado no lugar de sujeito, sujeito que sofre, e é ao fazer falar tal sofrimento que o analista pode descortinar as razões de sua posição estrutural não do lado da moral, mas do lado daquilo que determina as escolhas do sujeito em função de sua particular relação com o Outro.

Notas

1 Sugiro a leitura do artigo de William James, de 1892, traduzido por Gutman (2004, p. 200-213).

2 É muito interessante observar que a palavra *gehörchen* (obedecer) contém a mesma raiz de *Hörkappe*, o que denota a relação entre tal centro acústico (referido, por Strachey, ao centro da linguagem de Wernicke) e a submissão do eu ao senhor supereu (cf. Freud, 1920/1975b, p. 239).

3 O termo aqui remete mais ao sintoma como fenômeno de que algo não vai bem do que ao sintoma como compromisso através do qual o desejo recalcado e o gozo são contrabandeados através da barreira da censura. Trata-se aqui do sintoma como sinal e cruz que se coloca num caminho, como aliás Jacques Lacan pôde se referir a ele em seu texto “A Terceira” (Lacan, 1974).

4 Cf., por exemplo, o trabalho ***Equus ou a perversão de Alan***, de Marcia Mello de Lima, durante o IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia, de 25 a 28 de maio de 2005, e cujo resumo pode ser lido na página do Congresso.

5 Para o que podemos traçar a linha que vai dos **Três ensaios**, via **Para introduzir o narcisismo**, até **O problema econômico do masoquismo**, As perdas da realidade (digo, ambos os textos) para chegar ao **Fetichismo** e terminar na publicação póstuma sobre a **Divisão do eu nos processos de defesa**.

6 Lacan publicaria somente em 1960/1966c (p. 674) a fórmula afinada do esquema ótico; mas ele já vinha desenvolvendo tal esquema desde o segundo ano de seu ensino.

7 É interessante notar que, ao montar os *Escritos*, Lacan introduz o texto em que desenvolve tal conceituação, imediatamente depois de “Kant com Sade”, no qual estuda a fantasia na perversão e que, por sua vez, dá seqüência ao texto sobre Gide!

8 Na versão em português *Crique qui croque* foi incompreensivelmente traduzido por “o golfo que o engolfa” (cf. quarto parágrafo da p. 761). Na realidade, a expressão do texto original é literalmente o nome de uma espécie de bruxa que horroriza, na mitologia infantil francesa; algo que se assemelha à *Moura Torta* da mitologia infantil que herdamos (particularmente na mitologia infantil portuguesa) da ocupação árabe da Península Ibérica, ou ainda a *Cuca* de nossa mitologia amazônica. Todas elas representações de um supereu materno, devorador (o verbo *croquer*, em francês, é uma palavra da linguagem popular para *mastigar*). A publicação original de Lacan é de 1958/1966a, p. 750).

Referências

- Alberti, S. (2003). *Crepúsculo da alma: A psicologia no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Carneiro, N. G. O., Cordeiro, A. B., & Campos, D. S. (2005, março). Reality shows e voyeurismo: Um estudo sobre os vícios da pós-modernidade. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 8, (1), 1-13.
- Costa, A. (2004). Iniciação e marcas. In Associação de Psicanálise de Porto Alegre, *Adolescência: Um problema de fronteiras* (pp. 21-

- 27). Porto Alegre, RS: APPOA.
- Elia, L. (2004). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Fingermann, D., & Mendes Dias, M. (2005). *Por causa do pior*. São Paulo: Iluminuras.
- Freud, S. (1975a). *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie* (Studienausgabe, Vol. 5). Frankfurt a.M.: S.Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1905).
- Freud, S. (1975b). *Jenseits des Lustprinzips* (Studienausgabe, Vol. 3). Frankfurt a.M.: S.Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1920).
- Freud, S. (1975c). *Der Fetischismus* (Studienausgabe, Vol. 3). Frankfurt a.M.: S.Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1927).
- Freud, S. (1975d). *Die Ichspaltung im Abwehrvorgang* (Studienausgabe, Vol. 3). Frankfurt a.M.: S.Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1940).
- Grant, W. H. (2002, junho). Considerações sobre a homossexualidade feminina. *Psychê*, 6 (9), 137-150.
- James, W. (2004). Hábito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7 (4), 200-213. (Originalmente publicado em 1892).
- Lacan, J. (1966a). D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose. In J. Lacan, *Écrits* (pp. 531-583). Paris: Seuil. (Originalmente publicado em 1958).
- Lacan, J. (1966b) Jeunesse de Gide ou la lettre et le désir. In J. Lacan, *Écrits* (pp. 739-764). Paris: Seuil. (Originalmente publicado em 1958).
- Lacan, J. (1966c). Subversion du sujet et dialectique du désir dans l'inconscient freudien. In J. Lacan, *Écrits*, (pp. 793-827). Paris: Seuil. (Originalmente publicado em 1960).
- Lacan, J. (1966d) Remarque sur le rapport de Daniel Lagache:

- Psychanalyse et structure de la personnalité. In J. Lacan, *Écrits*, (pp. 647-684). Paris: Seuil. (Originalmente publicado em 1960).
- Miller, J.-A. (1997). Sobre Kant com Sade. In J.-A., Miller, *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Queiroz, E. F. (2002). Perversão e alteridade. *Psicologia Clínica: Revista da PUC-Rio*, 14 (2), 43-54.
- Quinet, A. (2005). Função e campo do ato e do gozo na psicanálise. In A. H. Fernandes & C. S. Analícea de Souza (Orgs.), *Questões cruciais para a psicanálise* (pp. 39-54). Salvador, BA: Edufba.
- Venancio, A. T. A., & Faccinetti, C. (2005, junho). Gentes provindas de outras terras: Ciência psiquiátrica, imigração e nação brasileira. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 8 (2), 356-363.

Recebido em 14 de novembro de 2004

Aceito em 19 de janeiro de 2005

Revisado em 20 de junho de 2005